

**FEMINISMO INTERSECCIONAL E DECOLONIALISMO: O DISCURSO SOCIOLÓGICO DAS PREMISSAS DE GÊNERO****INTERSECTIONAL FEMINISM AND DECOLONIALISM: THE SOCIOLOGICAL DISCOURSE OF GENDER PREMISES**

Maria dos Remédios Brito Viana

Mestra em Sociologia, pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Psicóloga (UFPI); Pós-Graduada em Saúde Mental e Atenção Psicossocial. Pós-Graduada em Psicologia Clínica: Terapia cognitivo-comportamental. Psicóloga credenciada no Núcleo Gestor de Equipes multidisciplinares (GGEM) do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins. E-mail: remedinhaviana@yahoo.com.br

**RESUMO**

Nas últimas décadas, as análises sobre o feminismo interseccional passaram a fazer parte dos estudos decoloniais. A tentativa de minimizar a identidade feminina pautada pelo enlace europeu fez com que a noção de raça, de classe e de gênero fosse fragmentada de tal modo que diferentes analogias puderam ser construídas diante dos discursos epistemológicos regionais, em especial pela Sociologia, que colaborou para a insurgência dos estudos sobre decolonialismo de modo transnacional. Sabendo disso, o presente estudo tem como objetivo analisar o modo como a Sociologia Moderna desvencilha e dialoga sobre a corrente feminista interseccional. Parte-se de autores e de autoras que contemplam em seus estudos as dinâmicas de gênero, por meio do viés decolonial. Percebe-se, com isso, que a dinâmica de desenvolvimento dos estudos decoloniais tende a refletir da dinâmica sociopolítica e da estrutura das sociedades, mas que também serve como ferramenta para a análise das minorias, sobretudo da emancipação dos sujeitos e empoderamento social.

**Palavras-Chave:** Decolonialismo. Feminismo. Interseccionalidade.

**ABSTRACT**

In recent decades, analyzes of intersectional feminism have become part of decolonial studies. The attempt to minimize the feminine identity guided by the European link made the notion of race, class and gender to be fragmented in such a way that different analogies could be constructed in the face of regional epistemological

discourses, especially by Sociology, which collaborated for the insurgency of the studies on decolonialism in a transnational way. Knowing this, the present study aims to analyze the way in which Modern Sociology unravels and dialogues with the intersectional feminist current. It starts with authors who consider in their studies the dynamics of gender, through the decolonial bias. It is clear, therefore, that the dynamics of development of decolonial studies tends to reflect the sociopolitical dynamics and structure of societies, but that it also serves as a tool for the analysis of minorities, especially the emancipation of subjects and social empowerment.

**Keywords:** Decolonialism. Feminism. Intersectionality.

## I INTRODUÇÃO

Os estudos sociológicos têm se centrado nas últimas décadas em análises elaboradas sobre questões recorrentes do plano da microssociologia, contemplando aspectos sobre os indivíduos, tais quais o são enquanto sujeitos sociais, e sobre a sua participação social. Enquanto os clássicos se preocupavam com estudos sobre a macrossociologia em que se analisava o todo e se esquecia do reduto, a Sociologia Moderna tem se afinado na identificação das minorias, de reflexos grupais, da análise de questões microscópicas inerentes ao convívio social presentes.

Desse modo, o estudo do feminismo interseccional partindo de uma dinâmica decolonial é uma forma de utilizar-se dos parâmetros sociológicos para regurgitar análises anteriores sobre os papéis e as funções sociais dos gêneros, partindo de um escopo universalista, mas também com notória adequação às epistemologias regionais ligadas à classe, à raça e ao gênero. Se por um lado o feminismo interseccional se comporta como um agente de resistência diante da própria teoria feminista, o decolonialismo vem para favorecer uma performance mais centrada e dialogar sobre os campos neutralizadores de uma tendência colonialista a qual provoca na mulher uma característica alheia e inferior aos costumes e padrões sociais.

A presente pesquisa passa a ter como finalidade analisar o modo como a Sociologia Moderna desvencilha e dialoga sobre a corrente feminista interseccional. Tem como problemática o seguinte questionamento: Como o decolonialismo passa a refletir sobre o feminismo interseccional?

Para tanto, o presente estudo passa a trazer em três partes essa dinâmica de análises sobre o que seja a importância do feminismo interseccional e sua relação com a vertente decolonial. No primeiro momento, procura-se trazer uma conceituação sobre o feminismo interseccional, favorecendo uma reflexão sobre tal mecânica dentro do espectro feminista. Adiante, torna-se necessária uma análise sobre o decolonialismo e de como este passa a refletir nas questões de gênero. Por último, as amarras sociológicas entre decolonialismo e feminismo interseccio-

nal são traçadas, a fim de que seja possível chegar a um viés sobre as características de um feminismo interseccional decolonial.

Como procedimento metodológico para o presente estudo, a revisão bibliográfica em literatura sociológica e noutras áreas do conhecimento se tornou importante para a construção da pesquisa. O enfoque no feminismo decolonial requer uma dinâmica de análises que perpassa por autores que tratam sobre o decolonialismo enquanto campo teórico, e em autores que passam a dirimir questões em torno do modo como a sociologia pós-colonial é uma emergência que deve ser solidificada nos grandes espaços teóricos porque auxilia na descentralização dos saberes e na desconstrução da razão ideologizada pelos atributos europeus, como nas considerações de Mignolo (2008), Quijano (2014) e Dussel apud Lander (2005), além de Matos Junior (2019) e Boaventura de Sousa Santos (2010).

Ademais, as provocações em torno do feminismo decolonial interseccional, que se tornam o foco do presente estudo, se concentram na análise de autoras que passam a tratar sobre esse novo fenômeno, como em Lugones (2014), Davis (2019), Ribeiro (2019), entre outras que passam a colaborar com as análises em torno da dinâmica do feminismo pós-colonial. Cabe aqui salientar que tais colaborações passam a estar intimamente relacionadas com os estudos sociológicos.

## **2 FEMINISMO DECOLONIAL E INTERSECCIONALIDADE: DO QUE ESTAMOS FALANDO?**

Ao falarmos sobre feminismo decolonial e interseccionalidade, estamos diante de dois eixos teóricos que dialogam entre si, mas que possuem determinadas características que devem ser conceituadas quanto às suas aplicações. Walter Mignolo é um dos grandes defensores do decolonialismo e desdobra algumas questões identitárias dentro do processo de construção de gênero na perspectiva pós-colonial.

Para o autor supracitado, o controle de gênero e da sexualidade é algo bastante visível nos estudos coloniais, até mesmo na própria invenção do termo 'mulher':

Para organizar este quadro, uma vez que os corpos negros dos africanos eram diferentes dos corpos oliva feminino e masculino encontrados na América, os estudiosos cristãos introduziram o conceito de "mulher" e isso serviu para reorganizar o feminino e o masculino. O masculino, o sol e a lua, de acordo com a função dos papéis sociais do Cristianismo, cobrindo a reorganização dos papéis sociais com as diferentes regiões onde os missionários e / ou funcionários do Estado chegaram com a missão de evangelizar e regular a vida nas colônias (MIGNOLO, 2008, p. 11).

Mignolo (2008) desvela ainda que é o patriarcado que regula as relações sociais, a economia e o conhecimento. As mulheres, até pouco tempo atrás, e ainda hoje em alguns locais, são excluídas desses espaços, principalmente se notadas que além de serem do sexo feminino, ainda possuem determinados traços antagônicos aos legitimados pelos fenômenos coloniais. Tudo aquilo que tem preponderância masculina, segundo Mignolo, possui um caráter ativo, enquanto que o feminino passa a ter um revés passivo, até mesmo em se tratando da natureza.

Anibal Quijano (2010, p. 84) dialoga que

Colonialidade é um conceito diferente de, ainda que vinculado ao Colonialismo. Este último refere-se estritamente a uma estrutura de dominação/exploração onde o controle da autoridade política, dos recursos de produção e do trabalho de uma população determinada domina outra de diferente identidade e cujas sedes centrais estão, além disso, noutra jurisdição territorial. Mas nem sempre, nem necessariamente, implica relações racistas de poder. O colonialismo é obviamente, mais antigo, enquanto a Colonialidade tem vindo a provar, nos últimos 500 anos, ser mais profunda e duradoura que o colonialismo. Mas, foi, sem dúvida, engendrada dentro daquele e, mais ainda, sem ele não poderia ser imposta na intersubjetividade do mundo tão enraizado e prolongado.

Entende-se assim que os discursos oriundos dos perfis coloniais acabam se tornando eixos centrais dentro dos planos de análises dos conhecimentos. Isso acaba criando um fenômeno de racialização do saber, no qual determinados saberes passam a ser hierarquizados ou dominantes perante outros, o que inviabiliza a análise de questões específicas diante de naturezas sociais múltiplas.

Sob esse vértice, Maria Lugones (2014) passa a classificar que as hierarquias sociais no espaço moderno e contemporâneo tendem a ser expressas de tal modo que não haja contradições sistêmicas ou aparentes que possam ludibriar e transformar as relações do sistema. Esse processo construído por meio de uma dinâmica colonialista, que remete aos tempos antigos, explicita uma dicotomia múltipla do modo como os diferentes agentes e sujeitos da sociedade se relacionam entre si. Esse processo é bastante visível quando visto na ótica do feminismo social, elaborado a partir de uma proposta decolonial, uma vez que as relações de dominação do másculo sobre as mulheres passam a externar um processo de resistência de gênero.

A necessidade de estudo sobre feminismo decolonial se desenvolve então diante de um processo de resistência, mas bifurcado com questões particulares e perspectivas regionais. Os avanços sobre os estudos de decolonialismo feminismo na perspectiva brasileira, por exemplo, se deram a partir da incorporação de diferentes tendências literárias, principalmente latino-americanas e estadunidenses,

sobre o estado social das mulheres e a consequente participação política, econômica, cultural e ideológica no espaço contemporâneo. As tendências essencialistas brasileiras passaram a se pautar em questões de reforço do papel da militância feminista em prol da igualdade de direitos, principalmente após o fim do período ditatorial, dando ênfase para a valorização da identidade, do pluralismo participativo e na emancipação do espírito de dominação presente entre os gêneros.

Matos Junior (2019) considera que, a partir do momento em que se tenta tirar os estudos sociais de uma perspectiva nuclear e incorporar a uma visão regionalística, isso permite com que novos campos teóricos por vezes vistos como surreais ou 'irracionais, do ponto de vista científico, passem a ser considerados como partícipes de um processo de construção das identidades.

Esses objetos de estudo são vítimas que são silenciadas e, ao mesmo tempo, sujeitadas a uma emancipação crítica, permitindo a negação de seu reconhecimento social. Ao citar Dussel, Matos Junior (2019, p. 30) considera que as mulheres estão presentes dentro desse cenário, sendo que elas são 'vítimas de um ato irracional' provido pela Modernidade.

Compreender a função social das mulheres dentro da perspectiva decolonial é, portanto, a ruptura de padrões estereotipados, mantidos por uma tendência que transcende os passos dos estudos científicos. É algo que está presente nos costumes, nas tradições, nos pretextos e nas identidades sociais. É nesse momento que a interseccionalidade aparece como fenômeno que determina uma necessidade de equilíbrio entre as propostas decoloniais feministas, no sentido de traçar metodologias de análise da identidade plural feminista partindo de um elo de interesses entre diferentes raças, classes, credos e fundamentos.

A interseccionalidade enquanto campo de estudos tem seu início a partir dos anos de 1970, em especial por parte de feministas negras que passaram a dialogar sobre a opressão de gênero interligada com a dinâmica racial, mas também como uma forma de permitir a unidade dos diferentes feminismos em prol de pautas identitárias. Interseccionalismo seria a retirada de uma categorização das pautas feministas, a fim de quebrar ainda mais a reprodução de diferenças entre as próprias mulheres. Kimberlé Crenshaw foi uma das primeiras a utilizar tal termo e defini-lo como, afirmando que

[...] a interseccionalidade pode ser mais amplamente útil como forma de mediação da tensão entre asserções de identidade múltipla e a necessidade contínua de política grupal. É útil a este respeito distinguir a interseccionalidade da perspectiva intimamente relacionada do antiessencialismo, de que as mulheres não-brancas têm comprometido o feminismo branco com a ausência de mulheres não-brancas, por um lado, e para falar de mulheres não-brancas, por outro. Uma interpretação desta crítica antiessencialista — que o feminismo essencializa a categoria mulher — deve muito à ideia pós-moderna de que as categorias que

consideramos naturais ou meramente representativas são realmente socialmente construídas em uma economia linguística da diferença (CRENSHAW, 1993, apud CORREIA, 2017, p. 5).

A interseccionalidade busca trazer assim uma diminuição das interferências dos diferentes pensamentos feministas a fim de promover a busca comum pela emancipação do processo de subordinação e dominação social. Isso se torna necessário para que possa se ter um bloqueio das vulnerabilidades sofridas por determinadas pautas, principalmente as de raça, *a priori* pelo fato de que as 'mulheres de cor', como coloca Crenshaw, são tão vulneráveis e vitimadas como as 'mulheres não brancas', mas também como um fenômeno para identificar as singularidades existentes nas agendas políticas, dialogando sobre eixos específicos e comuns a todos os seguimentos feministas.

A partir do momento em que se trata de um feminismo decolonial e ao mesmo tempo interseccional, procura-se falar sobre desgastes existentes no modo como as agendas feministas tentam conectar a violência dos estudos colonialistas, ou a negação dada por eles, para com os fenômenos sociais de raça, classe e gênero, diante das mecânicas culturais, políticas e econômicas. O reconhecimento dessa violência, a problematização e a elaboração dos preceitos decoloniais e interseccionais é uma forma de compreender com mais ênfase a opressão e as desigualdades, as diferenças e os desafios perpetrados para com as mulheres em virtude de sua condição de gênero, de sexo e de ser social. Lugones (2014, p. 4) argumenta que

Descolonizar o gênero é necessariamente uma práxis. É decretar uma crítica da opressão de gênero racializada, colonial e capitalista heterossexualizada visando uma transformação vivida do social. Como tal, a descolonização do gênero localiza quem teoriza em meio a pessoas, em uma compreensão histórica, subjetiva/inter-subjetiva da relação oprimir  $\rightarrow$  resistir na intersecção de sistemas complexos de opressão. Em grande medida, tem que estar de acordo com as subjetividades e intersubjetividades que parcialmente constroem e são construídas "pela situação".

Observa-se assim que a resistência promovida pelo feminismo decolonial reafirma a dinâmica interseccionalista, provoca mais compreensão histórica dos sistemas de opressão femininos nas suas diferentes variantes, e permite uma transformação do social a partir do momento em que o conhecimento antes inoperante sobre determinadas identidades passam a ser visibilizadas, identificadas e valorizadas, de acordo com as subjetividades existentes no seu processo de construção.

### 3 A INTERSECCIONALIDADE COMO ESTUDO DO FEMINISMO DECOLONIAL

As concepções existentes sobre decolonialismo estão envoltas numa perspectiva histórica de emancipação da identidade dos estudos coloniais, identificados como aqueles de caráter anglo-saxões, com premissas ortodoxas e de valorização do centro em detrimento da periferia. Esse novo olhar é expresso como um prelúdio das pesquisas atreladas à Modernidade, que buscou se amoldar aos traços globalistas permeados nos mais diferentes discursos ao longo do século XXI.

Entretanto, uma das principais críticas a esse empreendimento discursivo se mostra no fato de que são poucas as mulheres que versam sobre decolonialismo, ou mesmo que possuem visibilidade perante tais pesquisas. A pedagoga Catherine Walsh é uma das principais expoentes feministas que expõe diálogos sobre o decolonialismo, partindo de uma análise de que tais propostas auxiliam na construção de uma justiça e transformação da sociedade. A intelectual, ao ser citada por Arcoverde, sustenta que,

[...] nas Ciências Sociais, a tendência que mais se verificou foi a de suplantar a localidade histórica por fundamentações teóricas monolíticas, autoproclamadas universais e que evocam a centralidade do conhecimento ocidental, não reconhecendo os saberes advindos de racionalidades outras. Essa alocação do conhecimento “dos outros” (negros, povos indígenas, mulheres) em um patamar isento de racionalidade é hierarquizada, o torna mera “tradição”, inferior à ciência. Uma vez percebida a associação radical entre o colonialismo e a modernidade, sendo aquele o lado oculto desta, percebe-se, conforme a leitura de Walsh, que a conjunção de ambos serve ao sucesso de um projeto global de hegemonia sustentado, para além da divisão do planeta entre centro e periferia, na subalternidade (ARCOVERDE, 2016, p. 4).

Considera-se assim, que as tendências interpostas de análise dos fenômenos decoloniais se encontram sujeitas em criar novos saberes sobre grupos que até então eram intocados pela ciência. Os negros, os indígenas e as mulheres passaram a ser contemplados com uma carga dinâmica de pesquisas partindo da ideia de interseccionalidade dos saberes, mas também de racionalização do saber naquilo que era mitigado. A alteridade do ‘Outro’, enquanto sujeito, permite que se criem novas dinâmicas de saberes que estejam sedimentadas por um sistema comum de menosprezo do subalterno, e as mulheres se encontram diante desse processo.

Pensar sobre o feminismo decolonial e refletir sobre uma proposta interseccional é algo totalmente válido, tendo em vista que o processo de dominação mantido pelo viés colonialista fez com que as identidades sociais mantidas pelas

mulheres passassem a ser identificadas como um estado de subordinação aos ditames masculinos, e também como um elo que permite a incorporação de novos significados para questões específicas.

Os estudos culturais que possuem marcadores feministas, principalmente na região latino-americana se debruçaram a estabelecer uma oposição à matriz de pensamentos oriunda de uma crítica ao centro e uma expansão dos estudos sobre a periferia. Esses estudos permitiram uma maximização das análises sobre interseccionalidade, sobretudo pelo fato de que a multiplicidade de diferenças existente entre as mulheres passa a ser menos nítida, fazendo com que haja mais especificidade dos estudos sobre gênero:

A interseccionalidade inicia um processo de descoberta, nos alertando para o fato de que o mundo a nossa volta é sempre mais complicado e contraditório do que nós poderíamos antecipar. (...) Ela não provê orientações estanques e fixas para fazer a investigação feminista (...). Ao invés disso, ela estimula nossa criatividade para olhar para novas e frequentemente não-ortodoxas formas de fazer análises feministas. A interseccionalidade não produz uma camisa-de-forças normativa para monitorar a investigação (...) na busca de uma 'linha correta'. Ao invés disso, encoraja a cada acadêmica feminista a se envolver criticamente com suas próprias hipóteses seguindo os interesses de uma investigação feminista reflexiva, crítica e responsável (DAVIS apud HENNING, 2015, p. 98-99).

Nessa perspectiva, observa-se que a dinâmica interseccional permite a descoberta de novos pensamentos e análises feministas sob interesses e reflexões críticas e responsáveis com o estímulo para que se olhe para o novo, ou o que até então era considerado invisível. A interseccionalidade surge, portanto, como um expoente em que as mulheres passem a ser integradas a um diálogo comum em torno das condições de opressão e dominação na qual não se submetem, mas são ao mesmo tempo submetidas.

Kimberlé Crenshaw justifica o que torna inviável, em termos metodológicos, a eficácia da articulação do interseccionalismo como pano de fundo dos estudos feministas. Para isso, ela enumera duas manifestações distintas que correspondem a padrões existentes no pensamento social que limitam a aderência de ideais comuns:

O construtor vulgar distorce assim as possibilidades de políticas de identidade significativas, combinando pelo menos duas manifestações de poder separadas, mas intimamente ligadas. Um é o poder exercido simplesmente através do processo de categorização; o outro, o poder de fazer com que a categorização tenha consequências sociais e materiais. Enquanto o poder anterior facilita o último, as implicações políticas de desafiar um sobre o



outro são muito importantes (CRENSHAW, 1993 apud CORREIA, 2017, p. 3).

Entende-se assim que essa dinâmica de análises suscita que os espaços de dominação provocam naturalização das desigualdades, a separação e a caracterização das identidades, e o próprio interseccionalismo passa a ter consequências dentro desse fenômeno, uma vez que as imbricações externas tendem a refletir no modo como as pautas feministas se relacionam e dialogam diante de uma perspectiva transversal.

#### **4 FEMINISMO DECOLONIAL E INTERSECCIONALIDADE COMO VERTENTES SOCIOLÓGICAS**

O pensamento decolonial pode ser visto como uma ruptura de tradições hegemônicas mantido por um sistema de identidades transcendentais, construtivistas e fundamentados nas facetas europeias. Na perspectiva de gênero, a decolonialidade busca por desmistificar uma concepção machista, antropocêntrica e genérica que desvincula a igualdade entre os pares e coloca em segundo plano os estudos sobre interseccionalidade permeados no caleidoscópio de raça, classe e gênero.

O processo de exclusão e de marginalização das mulheres pelo pensamento colonialista fez com que durante séculos o sexo feminino fosse visto como um ente ortodoxo que não competia aos ditames comuns da vida pública, social, política, econômica e cultural. Por diversas vezes, percebemos nos livros de História, nas epopeias antigas e medievais, a submissão das mulheres como um nexos causal da vontade do masculino, sem quaisquer tentativas de transformação da realidade socioestrutural existente.

Quando se balizam os estudos sociológicos sobre o feminismo, percebe-se que uma das principais características está nas falhas estruturais presentes na própria Sociologia de se falar sobre as mulheres. Os clássicos, por exemplo, destinam-se a um revés de estudos pautados em aspectos formais da vida cotidiana, mas com ênfase no masculino e em suas concepções. As mulheres passaram a ser incorporadas diante dos estudos a partir da entrada de novos padrões mantidos pela microsociologia, que se estendia para a análise das minorias e dos grupos mais sincrônicos e que até então eram invisibilizados.

As representações colonialistas colocam as mulheres como pertencentes a um grupo de sujeitos paritários, que não devem ser integrados a uma dinâmica comum de pertencimento na sociedade, as quais deveriam estar dispostas a apenas satisfazer as premissas masculinas, sendo, portanto, incapazes de possuir competências e habilidades no espaço público:

A colonialidade do gênero permite-me compreender a opressão como uma interação complexa de sistemas econômicos, racia-

zantes e engendrados, na qual cada pessoa no encontro colonial pode ser vista como um ser vivo, histórico, plenamente caracterizado. Como tal, quero compreender aquele/a que resiste como oprimido/a pela construção colonizadora do lócus fraturado. Mas a colonialidade do gênero esconde aquele/a que resiste como um/uma nativo/a, plenamente informado/a, de comunidades que sofrem ataques cataclísmicos. Assim, a colonialidade do gênero é só um ingrediente ativo na história de quem resiste. Ao focar naquele/a que resiste situado/a na diferença colonial, minha intenção é revelar o que se torna eclipsado (LUGONES, 2014, p. 5).

Anibal Quijano (2014) investe em afirmar que existe uma colonialidade do saber que cria padrões ortodoxos de representação das identidades sociais. Essa afirmativa se torna evidente a partir do momento em que os quadros históricos de desigualdade e de aversão aos costumes dos povos que não se encontram dentro do centro dos saberes criam mútuas barreiras de alcance dos saberes sujeitados para com os domináveis, fazendo com que se tenha uma classificação social mais acentuada, o que torna cada vez mais invisibilizadas as categorias dominadas.

Nesse sentido, podemos considerar as mulheres como seres invisibilizados, no sentido estrito colonial, mas do ponto de vista pós-colonial, a notabilidade das desigualdades e o processo de resistência, principalmente pelo fato de que os núcleos sociais em regiões subdesenvolvidas, em especial no espaço latino-americano, tendem a ter tal público como chave essencial para a compreensão do perfil histórico de tais realidades. Bernardino-Costa (2015, p. 154) considera que,

Nestes espaços culturais e políticos, luta-se não apenas pela obtenção de pequenas reivindicações, mas pela possibilidade de construir um novo modelo civilizatório, que supere as distinções classistas, racistas e sexistas entre humanidade e infra-humanidade. Em outras palavras, no interior destes espaços político-culturais tem-se tanto um movimento de resistência como um movimento de recriação de valores, denominado de reexistência (Bernardino-Costa, 2015). Estes movimentos são efetivamente movimentos decoloniais, pois objetivam superar o padrão de poder constitutivo da modernidade/colonialidade, que não somente criou raças novas, mas as associou a determinadas posições e funções.

O paradigma científico presente nos clássicos quanto aos papéis sociais dos gêneros explicitava uma relação unilateral, na qual se encontravam no polo ativo apenas os interesses dos homens, o que acabava destoando a capacidade de fortalecimento das ideias e dos pensamentos atrelados ao feminino. Percebe-se que as primeiras contribuições sociológicas sobre as mulheres se deram no sentido de explicitar as relações existentes na unidade conjugal, nos papéis sociais exercidos sobre as mulheres diante da dinâmica doméstica:

É o título de mãe, em nome do qual propõem excluir a mulher [da esfera pública e do político] que impõe-lhe o dever e dá-lhe o direito de zelar pelo futuro de seus filhos, não somente nutrido-os ou ninando-os, mas em seu papel de mãe, e de reivindicar para elas, sem distinção de sexo, a verdadeira liberdade, ou seja, o desenvolvimento completo e o livre exercício de todas as suas faculdades; ela deve participar na administração dos interesses do trabalho e contribuir com instrumentos e produtos do trabalho na economia política, na ciência e na prática da economia doméstica, a fim de estabelecer uma repartição do trabalho justa, ela deve contribuir, nessas áreas, com a intervenção de seu previdente cuidado materno, para que não existam mais sofrendores nem oprimidos (CHABAUD-RYCHTER et al., 2014, p. 18).

Observa-se, a partir desse ponto de vista, que a ideia de que as mulheres deveriam manter um perfil de identidade doméstica, exacerba um caráter de minimização do ideal de manifestação sociopolítica do espaço feminista. Considerando a grandiosidade dos clássicos, em se tratando da dinâmica de compreensão da sociedade, poderia se falar em uma colonialidade dos saberes feministas diante da primeira gleba sociológica.

Entende-se como perspectiva colonialista aquela cercada por um processo de dominação que ignorava os contrastes de raça, classe e gênero, mas que exercia ou exerce um forte poder de persuasão que limita a função e os papéis sociais dos sujeitos. Esse mecanismo torna-se, ao mesmo tempo em que rudimentar, como dinâmica de submissão de identidade dos sujeitos, uma vez que ocasiona uma opacidade na análise do externo, daquilo que vem de fora ou que está às margens da linha originária.

Quando se fala sobre o feminismo na perspectiva decolonial, percebe-se uma tentativa de ressignificar os papéis e as funções sociais das mulheres. É necessário que se crie um novo significado, tendo em vista que é importante o rompimento com os paradigmas impostos pela cultura de hierarquização dos gêneros.

Esse contraste se torna mais evidente quando diversas autoras passam a abordar uma gênese do pensamento decolonial feminino, principalmente diante dos anais sociológicos. A epistemologia decolonial surge diante de questões endêmicas que se desenvolvem nos quadros de prospecção dos saberes sociais, políticos, econômicos e culturais, sendo que a questão de gênero, principalmente no que diz respeito ao ambiente feminino, tende a ter importância plausível nas acepções notórias das epistemologias do Sul, uma vez que protagoniza um novo olhar sobre a dinâmica de estudos feministas pautados nas identidades regionais, nas performances alheias ao espectro ideologizado do sistema colonial.

Boaventura de Sousa Santos (2010, p. 37) dialoga que o pensamento decolonial acaba fazendo uma sociologia que permite a ausência de experiências ignoradas pelo espaço colonial:

Por sociología de las ausencias entiendo la investigación que tiene como objetivo mostrar que lo que no existe es, de hecho, activamente producido como no-existente, o sea, como una alternativa no creíble a lo que existe. Su objeto empírico es imposible desde el punto de vista de las ciencias sociales convencionales. Se trata de transformar objetos imposibles en objetos posibles, objetos ausentes en objetos presentes. La no-existencia es producida siempre que una cierta entidad es descalificada y considerada invisible, no-inteligible o desechable. No hay por eso una sola manera de producir ausencia, sino varias. Lo que las une es una misma racionalidad monocultural. Distingo cinco modos de producción de ausencia o no-existencia: el ignorante, el retrasado, el inferior, el local o particular y el improductivo o estéril.

Esse entendimento de Boaventura está ligado a um processo de renderização e provocação de novas realidades e de novos cenários de fala a partir da transformação de objetos que antes eram invisíveis e agora devem e podem se tornar visibilizados. Sousa Santos considera ainda que entre os ausentes estejam aqueles que antes eram considerados inferiores, atrasados, ignorados, improdutivos, e se formos fazer uma relação histórica, as mulheres passaram a ser tratadas como tais seres ao longo de uma postura egocêntrica e colonialista, sujeita ao domínio do patriarcado e de suas objetivações.

A presença do patriarcado foi um dos grandes integrantes das vivências mantidas pelos clássicos, e isso fez com que determinadas atitudes das mulheres em se tratando de presença nos espaços políticos, culturais, econômicos e ideológicos pudessem se manter a sombra da conformidade do másculo. Porém, quando adentramos as epistemologias regionais, percebemos que existem conflitos de interesses nos quais as mulheres passam a se relacionar de forma concomitante e precisa, entre eles o papel claro das mulheres como mantenedoras em grande parte dos enredos sociais. Sobre isso, Françoise Vergés (s.d, p. 27) considera que

Dizer-se feminista decolonial, defender os feminismos de política decolonial hoje não é apenas arrancar a palavra “feminismo” das mãos ávidas da oposição, carente de ideologias, mas também afirmar nossa fidelidade às lutas das mulheres do Sul global que nos precederam. É reconhecer seus sacrifícios, honrar suas vidas em toda a sua complexidade, os riscos que assumiram, as hesitações e as desmotivações que conheceram. É receber suas heranças. Também é reconhecer que a ofensiva contra as mulheres, atualmente justificada e reivindicada publicamente pelos dirigentes estatais, não é simplesmente a expressão de uma dominação masculinista descomplexificada, e sim uma manifestação da violência destruidora suscitada pelo capitalismo. O feminismo decolonial é a despatriarcalização das lutas revolucionárias. Em outras palavras, os feminismos de política decolonial contribuem na luta travada

durante séculos por parte da humanidade para afirmar seu direito à existência.

Diante desse ponto de vista, a autora coloca em xeque o fato de que não é necessário apenas que se crie um processo identitário próprio do decolonialismo, mas é preciso também que se tenha uma adaptação dos diferentes feminismos para um diálogo que possa auxiliar na construção de uma saída para a violência estrutural no qual os saberes e os conhecimentos femininos sejam considerados. Isso acontece não apenas com a despatriarcalização, a retirada da desigualdade mantida pela diferença de gênero, mas também pela forma como o próprio movimento feminista tende a refletir e promover autocrítica sobre os padrões incorporados aos seus núcleos revolucionários.

Pensando-se nesse quadro, Michel Foucault (2005) passa a defender que os estudos sociais devem transcender as bases hierarquizadas dos saberes racionalizados, fazendo com que os saberes sujeitos sejam também arquétipos de construção das identidades socioestruturais. Sabendo disso, pode-se evidenciar que a partir do momento em que ocorre uma suplantação do conhecimento por parte de uma racionalização das identidades, isso acaba criando empecilhos para a fragmentação de novas análises em torno de espaços subalternos.

Seria possível então estabelecer que as bases da colonialidade do saber em torno das premissas de gênero são ocupantes de uma premissa simbólica de poder? Se levarmos em conta o que Bourdieu (1989) considera como poder simbólico, percebemos que a subordinação dos agentes sociais ao reconhecimento de uma ignorância das identidades sociais, mantidas por um sistema de hierarquias em que grupos e minorias se tornam subordinadas ao crivo do simbólico, os perfis coloniais podem sim ser incorporados a uma dinâmica de desintegração de gênero, e isso tende a ter consequências dentro dos saberes alternativos, entre eles o pós-colonial.

Dussel (2005) conduz a tese de que a colonialidade do saber remete a um conjunto de interações formuladas a partir de traços eurocêntricos que buscam tecer uma centralidade dos estudos em torno dos estudos sociais, deixando à margem os saberes regionais e locais dos demais povos. Isso faz com que a articulação em torno de temáticas expressivas de cunho minoritário e sobre desigualdades seja assimilada como um desgaste geracional, mantido pela consolidação de novas dinâmicas sociopolíticas que não se mantiveram na linha do horizonte do pensamento eurocêntrico.

Essa tentativa de racionalização do saber apregoado a fenômenos estruturados faz com que determinadas análises sobre o feminismo possam ser delimitadas apenas a espectros das diferenças entre os gêneros, fazendo com que temáticas mais abrangentes, como a participação política, social, econômica, cultural, dentre outras, estejam solidificadas em cima dessa base comum. Isso acaba criando um

processo de exclusão dos saberes, no qual os discursos identitários sejam minimizados em virtude de uma mecânica exacerbada de dominação dos estudos do centro, e não os periféricos.

Dussel admoesta que a modernidade trouxe consigo uma maior experimentação do pensar sobre o Outro, em se tratando dos discursos de alteridade. Tais ideais que antes eram existentes, mas 'ocultos' pelos saberes, agora se tornam vantajosos em serem percebidos, entre eles as mulheres. Para o autor, esse processo de reversão se adapta ao fato de que

Apenas quando se nega o mito civilizatório e da inocência da violência moderna se reconhece a injustiça da práxis sacrificial fora da Europa (e mesmo na própria Europa) e, então, pode-se igualmente superar a limitação essencial da razão emancipadora. Supera-se a razão emancipadora como razão libertadora quando se descobre o eurocentrismo da razão ilustrada, quando se define a falácia desenvolvimentista do processo de modernização hegemônico. Isto é possível, mesmo para a razão da Ilustração, quando eticamente se descobre a dignidade do Outro (da outra cultura, do outro sexo e gênero, etc.); quando se declara inocente a vítima pela afirmação de sua Alteridade como Identidade na Exterioridade como pessoas que foram negadas pela Modernidade (DUSSEL, 2005, p. 29).

A negação do pensamento outrora valorado é um dos primeiros passos para a objeção dos saberes construídos que questionam a modernidade e a sua transparência com relação à articulação de temáticas periféricas. Judith Butler (2003), ao relacionar tais considerações com o pensamento feminista, enfatiza que essa problemática é própria da condição de marca pertencente ao sexo e à sua natureza, uma vez que a heterossexualidade institucionalizada provoca mecanismos de segregação não somente sob as condições de gênero, mas também nos espaços em que eles circundam, na relação materialista e situada nos diferentes campos sociais, práticos e teóricos.

É nesse momento que as interfaces do feminismo interseccional devem balizar e reforçar o reconhecimento de uma emancipação crítica da identidade de gênero mediante os processos de construção dos mecanismos de construção das estruturas e infraestruturas sociais. Apesar de ser uma proposta ainda nova, permite com que as diferentes interfaces de estudos sociológicos possam considerar a relevância de se incluírem os estudos feministas no plano decolonial, aproximando-se de questões intrínsecas e permeáveis como o interseccionalismo para colaborar com esse processo.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O feminismo decolonial é uma maneira urgente e emergente de se pensar sobre o modo como as mulheres tendem a se manter omissas diante do espectro ideologizado e de determinados costumes literários. Mais que um estado revolucionário, procura-se constatar que por vezes as ciências passaram a tratar sobre estudos de gênero de forma a tornar a mulher um ser inferiorizado, dominado, passivo e sujeito às obrigações patriarcais, mantidas pelo viés autoritário do masculino.

Entretanto, ao se fazer uma análise microscópica, percebe-se que os enredos decoloniais são formidáveis para que se possa fazer um diálogo mais profundo sobre os papéis e as funções sociais das mulheres diante das epistemologias do Sul, ou de tudo aquilo que não é centrado numa perspectiva globalizada, para não se falar europeizada. Por sua vez, a mecânica interseccional revela-se diante desse processo como um importante vetor para o diálogo sobre as políticas de classe, raça e gênero, sem que se tenha fragmentação dos discursos identitários de gênero.

A proposta de uma ruptura decolonial do feminismo interseccional é a de valorizar as identidades das mulheres do ponto de vista das fronteiras, dos costumes e das tradições que permeiam as práticas regionalizadas no qual as mulheres passam a ter e serem as principais prospectoras. A ausência de uma sociologia das mulheres ou das mulheres na sociologia não deve ser vista como um hiato endêmico, mas como uma barreira que deve ser rompida para que estudos mais abrangentes e sistêmicos sobre os fenômenos feministas possam ser vistos e estudados nas mais diversas sociedades.

Colocar o feminismo decolonial como algo prático dentro da dinâmica feminista é fazer com que as interseccionalidades possam ser consideradas como aspectos notáveis para o desenvolvimento de agendas políticas mais específicas, sobretudo para as pautas raciais, de resistência dos diferentes feminismos, e também como um alicerce para a construção de novos saberes e novos olhares plurais sobre como se dissiparem as desigualdades de gênero.

É fato que os estudos sociológicos ainda estejam inconclusos, e poucos são aqueles que passam a externar diálogos sobre o feminismo decolonial, assim como a interseccionalidade, sobretudo pela densidade masculina que ocupa a visibilidade do conhecimento de tal ciência. Essa é, em suma, uma das principais considerações que coloco sobre o que seja o pensamento decolonial feminista e interseccional perante o circuito científico e sociológico: fazer com que a representatividade feminina na ciência seja visibilizada requer a quebra de paradoxos singulares nos quais o saber feminino tende a ser inferiorizado.

## REFERÊNCIAS

ARCOVERDE, M. T. B. . Gênero e interseccionalidade: chaves de leitura para um feminismo latino-americano.. In: **II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina**, 2016, São Paulo. Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina. São Paulo: PROLAM/USP, 2016. v. I. p. 1-13.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**. Volume 30, Número 1, janeiro/abril 2015.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

CORREIA, Carol. **Tradução de Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas**, de Kimberlé Crenshaw. 2017. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5738359/mod\\_folder/content/0/INTERSECCIONALIDADES/parte%204%20%E2%80%9CMapeando%20as%20margens\\_%20interseccionalidade%2C%20poli%CC%81ticas%20de%20identidade%20e%20viole%CC%82ncia%20contra%20mulheres%20na%CC%83o-brancas%E2%80%9D%20de%20Kimberle%20Crenshaw%20%E2%80%94%20Parte%204\\_4%20\\_%20by%20Carol%20Correia%20\\_%20Revista%20Subjetiva%20\\_%20Medium.pdf?forcedownload=1](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5738359/mod_folder/content/0/INTERSECCIONALIDADES/parte%204%20%E2%80%9CMapeando%20as%20margens_%20interseccionalidade%2C%20poli%CC%81ticas%20de%20identidade%20e%20viole%CC%82ncia%20contra%20mulheres%20na%CC%83o-brancas%E2%80%9D%20de%20Kimberle%20Crenshaw%20%E2%80%94%20Parte%204_4%20_%20by%20Carol%20Correia%20_%20Revista%20Subjetiva%20_%20Medium.pdf?forcedownload=1). Acesso em: 2/2/2021.

DUSSEL, Henrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005 [2000]. pp. 24-32.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

HENNING, Carlos. **Interseccionalidade e pensamento feminista: As contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença**. 2015. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/download/22900/pdf>. Acesso em: 14/2/2021.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scie>



lo.php?script=sci\_arttext&pid=S0104-026X2014000300013&lng=en&nrm=i-so>. Acesso em: 14/2/2021.

MATOS JÚNIOR, Clodomir Cordeiro de. A perspectiva das vítimas e a teoria social contemporânea: entre memórias do passado e futuros alternativos. **Estudos Ibero-Americanos**. Porto Alegre, v. 45, n. 2, 2019. pp. 26-35.

MIGNOLO, Walter et al. **Género y Descolonialidad**. Ciudad. Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2008.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005 [2000]. pp. 107-130.

SANTOS, Boaventura Sousa. **Refundación del Estado en América Latina: Perspectivas desde una epistemología del Sur**. Lima: Instituto Internacional de Derecho y Sociedad, 2010.

VERGES, Françoise. **Um feminismo decolonial**. S.l: Ubu, S.d.

Recebido em: 08/09/2022  
Aprovado em: 07/10/2022

